



Relatório Azul 1999 / 2000





"Há um descuido e um descaso
na salvaguarda da nossa casa comum, o planeta terra."

Leonardo Boff



Relatório Azul 1999 / 2000



Conflitos na defesa do ambiente

O Rio Grande do Sul é um Estado que se encontra em processo de reorganização das questões relativas ao meio ambiente. Do ponto de vista da priorização e da importância política da área, talvez a novidade mais significativa tenha sido a criação, pelo Governo do Estado, de uma Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A aprovação e a entrada em vigor de um novíssimo Código Estadual do Meio Ambiente também deve ser considerada como avanço significativo no caminho que conduz à conscientização da população, preservação e recuperação dos recursos existentes, fiscalização e penalidades às agressões ambientais.

Enquanto isso, o governo federal vem reduzindo significativamente, a proteção das florestas brasileiras, especialmente por pressão dos ruralistas. Em função disso, incluímos neste "Relatório Azul" um comentário sobre o Código Florestal Federal que, em setembro de 2000, completou 35 anos.

No que tange às políticas governamentais para a área ecológica, destaca-se a adoção dos princípios da agroecologia como orientadores da ação do governo do Estado e do desenvolvimento de programas específicos com este enfoque, além das atividades regulares de fiscalização. Neste sentido, é preciso ressaltar a definição política do Governo do Estado em tornar o Rio Grande do Sul um território livre de produtos agrícolas geneticamente modificados. Postura de coerência com o princípio agroecológico e em obediência ao princípio da precaução (não há garantia científica de que uma vez estabelecida a cultura transgênica, ela não traga prejuízos aos consumidores ou ao meio ambiente). Pode-se aqui, acrescentar que as várias liberações para pesquisa de transgênicos feitas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio/órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e encarregado das questões biotecnológicas), em momento algum apresentaram Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima), mesmo que este seja um critério de exigência estipulado pela Constituição Federal para este tipo de atividade.

Mudanças no Código Florestal

O tema da proteção aos ecossistemas em geral foi objeto de intensa polêmica e mobilização da sociedade no Brasil e no Rio Grande do Sul. No caso das florestas, o Poder Legislativo esteve no centro de importantes debates que ocorreram no período abrangido por este Relatório.

Em 4 de maio, o deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) apresentou projeto para conversão da Medida Provisória nº 1.956-49 que altera o Código Florestal, contrariando os pontos mais importantes do anteprojeto aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em 29 de março. Esse anteprojeto resultou de um debate amplo e democrático, realizado ao longo de mais de três meses, do qual participaram, além dos 36 representantes dos ministérios do Governo Federal, representantes do setor produtivo (agrícola, industrial e comercial), de trabalhadores rurais, de organizações da sociedade civil, de governos estaduais e municipais. No total, cerca de 850 instituições representativas de distintos setores interessados, 8 mil cidadãos em mais de 25 audiências públicas regio-

nais e 70 reuniões locais ocorridas em mais de 20 estados do país, discutiram a proposta aprovada pelo Conama. Antes disso, a campanha "SOS Florestas", que reuniu 189 organizações ambientalistas, entre elas a WWF, o Instituto Socioambiental e o Greenpeace havia reivindicado maior discussão sobre o tema.

No Conama, o único voto contrário à proposta foi proferido pelo representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Foi justamente este voto que fundamentou o projeto de conversão apresentado, deixando claro que esta confederação, por meio da bancada ruralista do Congresso Nacional, pretendeu fazer valer seus pontos de vista, ignorando a vontade da sociedade brasileira, incluindo parte do Governo Federal, expressa na proposta aprovada no Conselho.

Entre as propostas feitas pelo deputado ruralista destacavam-se: I) a eliminação da proteção legal das áreas de preservação permanente (topos de morro, margens de rios, lagos e nascentes, solos com alta declividade) que já tenham sido desmatadas, e portanto a obrigatoriedade em recuperá-las, propondo a regularização de empreendimentos ilegalmente implantados, tais como pocilgas, plantios, pastos, aquicultura e mineração; II) diminuição dos percentuais para reserva legal nas áreas de floresta na Amazônia, que podem chegar ao patamar mínimo de 25% da propriedade, quando hoje, pela lei em vigor, é de 80%; III) diminuição dos percentuais para a reserva legal no Cerrado amazônico e na Mata Atlântica, que podem chegar ao mínimo de 10%, quando hoje este mínimo é de 20%; IV) dispensa total da obrigatoriedade de recomposição da reserva legal nas propriedades com até 25 hectares, que compõem a maioria dos estabelecimentos em vários Estados; e V) o desvirtuamento da figura da reserva legal, que passaria a ser implantada apenas em áreas inaptas para qualquer tipo de atividade econômica, não tendo mais por função prioritária prestar os serviços ambientais essenciais para a coletividade, tais como conservação e reabilitação dos processos ecológicos, conservação de biodiversidade, e abrigo e proteção de fauna e flora, controle do clima e pragas agrícolas.

Pesquisa realizada no final de maio pelo Instituto Vox Populi em municípios de todas as regiões do país para aferir a aceitação dos argumentos utilizados pelos parlamentares ruralistas, constatou que 88% dos 503 entrevistados defendiam que a proteção das florestas brasileiras deveria aumentar, e não diminuir. Outros números expressivos: 93% dos entrevistados acreditavam que a conservação ambiental não prejudicaria o desenvolvimento do Brasil, e 90% acreditavam que o aumento do desmatamento da Amazônia para implantação de terras agrícolas provavelmente não diminuirá a fome. Quanto à recomposição das áreas de proteção permanente - margens de cursos d'água, topos de morro e encostas, que são protegidos para prevenir assoreamento, demorações e enchentes - 87% dos indivíduos ouvidos defendem que os proprietários que a desmataram deveriam ser multados e obrigados a recompor sua vegetação. Outro resultado digno de nota: 88% dos entrevistados afirmaram que não votariam em um parlamentar que defendesse o aumento do desmatamento das florestas brasileiras. A margem de erro da amostra utilizada foi de 5%.

Apesar desta reação adversa da sociedade, em 3 de maio, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o projeto de lei do dep. João Osório (PMDB) alterando o Código Florestal no que se refere ao uso do fogo ou queimadas em vegetação existentes em áreas em pousio. O texto aprovado permitiu a realização de queimadas em áreas de campo nativo ou já anteriormente utilizadas para lavoura mediante a autorização de órgãos públicos estaduais ou municipais. O assunto estava sendo discutido em audiências públicas da Subcomissão de Roçadas e Queimadas da Comissão de Agricultura da Assembleia, proposta pelo dep. Roque Grazziotin (PT) mas teve sua conclusão precipitada pelos deputados favoráveis à aprovação do projeto.

Em 28 de maio, o Governo Federal reeditou, pela 50ª vez, a MP nº 1.956, publicando o texto aprovado pelo Conama com poucas alterações. Isto foi considerado pelas entidades ambientalistas como uma vitória provisória sobre a bancada ruralista, que tentou por duas vezes impor seu texto ao país. Ponderou-se, no entanto, que esta MP provavelmente seria reeditada por vários meses e que seu texto poderá sofrer modificações de acordo com as pressões políticas e setoriais que certamente se fariam presentes sobre o governo no período.





Em contradição com o sentido geral da decisão federal, em 28 de junho a Assembléia Legislativa derrubou o veto integral do Governador Olívio Dutra ao projeto que alterava o Código Florestal e o promulgou como Lei nº 11.489. O veto atendeu ao pedido de diversas entidades, especialmente as que compõem o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), órgão responsável pela elaboração da política ambiental do Estado, como a Agapan, a Fiergs, a Farsul e o Ibama. Em seguida, o Tribunal de Justiça concedeu liminar à Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público, suspendendo os efeitos dessa lei.

Pouco antes, o Governo do Estado manifestou-se oficialmente sobre o assunto. Em 26 de junho de 2000, o Grupo de Trabalho Intersecretarial para Assuntos Florestais, apresentou à sociedade o documento “Desenvolvimento Sustentável e Alternativas às Queimadas”. Este documento faz uma reflexão sobre o uso do fogo na agricultura e propõe formas para a sua prevenção compatíveis com diretrizes para o desenvolvimento no Rio Grande do Sul. A primeira aborda os principais elementos para o diagnóstico do atual uso de queimadas no Estado, comentando alguns aspectos relacionados ao uso do fogo entre os agricultores familiares desde a colonização do Estado. A segunda resume ações do Governo Federal sobre o assunto e a terceira parte aponta eixos estratégicos para superar estes problemas e apresenta as realizações e as propostas do Governo do Estado sobre esses temas.

A polêmica sobre os transgênicos no RS

No Rio Grande do Sul, a iniciativa do governo do Estado, que tentou regulamentar a fiscalização do plantio ilegal de transgênicos, gerou um conflito entre os agricultores que resultou no impedimento da fiscalização das plantações ilegais. Os agricultores bloquearam a ação dos fiscais estaduais, que realizavam análises nas principais regiões sob suspeita.

No caso das biotecnologias, não existe uma lei no Rio Grande do Sul contra os transgênicos. O que existe é a decisão política do governo estadual de impedir a sua utilização, transformando, desta forma, o Estado em um território livre de transgênicos, e sentenças judiciais federais que proibiram o cultivo e a comercialização de plantas geneticamente modificados. No caso do Rio Grande do Sul, o Poder Executivo regulamentou, através do Decreto nº 39.314, de 3 de março de 1999, a Lei nº 9.453/91, que dispôs sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas de biotecnologia e da engenharia genética, exigindo notificação prévia de qualquer atividade desta natureza ao governo estadual. Estes dois dispositivos foram, posteriormente, revogados pela Lei Estadual nº 11.463, de 17 de abril de 2000, aprovada pela Assembléia Legislativa, que proíbe o Estado de fiscalizar os OGMs. O veto do governador a esta Lei foi apoiado por diversas entidades, várias delas ligadas à defesa do meio ambiente.

Manifesto pela Vida

Após o veto do governador a este Projeto, foi lançado o “Manifesto pela Vida”, cujo texto apresentamos a seguir:

“Manifestamos nosso apoio à iniciativa do governador Olívio Dutra de vetar o projeto de lei que tem a intenção de retirar do Estado do Rio Grande do Sul a competência constitucional para dispor sobre a saúde e o meio ambiente, no que diz respeito às atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (transgênicos). Reafirmamos que é dever do Poder Público Estadual proteger a saúde, o meio ambiente e o consumidor, adotando plenamente o princípio de precaução reconhecido internacionalmente”.

Concordaram com este manifesto ONGs dos seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Suécia, Inglaterra, Holanda, Itália, Austrália, Bélgica e Espanha, Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Índia, Nicarágua, Equador, Peru, Colômbia, Malásia, Colômbia, Sri Lanka, Uganda e África do Sul. Entre as personalidades que assinaram o Manifesto pela Vida, constaram 61 deputados federais de diferentes partidos, sendo onze do Rio Grande do Sul.

Entre as entidades signatárias podem ser destacadas: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene), Biowatch South Africa, Cáritas Brasileira - Região Nordeste III, Coordenadora Ecuatoriana de Agroecología (CEA), Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), Centro de Estudios Uruguayo de Tecnologías Apropriadas (Ceuta), Conselho Latino Americano de Igrejas (Clai), Confederação das Donas de Casa, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic/RS), Coolméia - Cooperativa Ecológica, Cooperativa Riograndense de Laticínios (Coorlac), Conselho Regional de Economia (Corecon), Conselho Regional de Nutrição (CRN-4), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Pelotas, Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento Estadual Trabalhadores Rurais, European Free Alliance Group, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag/RS), Fórum Nacional de Entidades Cívicas de Defesa do Consumidor, Fundação Gaia-Brasil, Future Earth, Greenpeace, Institute for Agriculture and Trade Policy International Programs (IATP), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam), Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (Maela), Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual, Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Comissão de Ecologia, Pastoral da Juventude dos Movimentos Populares, Pastoral da Juventude Estudantil, Pastoral da Juventude Rural, Pastoral Popular Luterana (PPL), Rural Advancement Foundation International (Rafi), Amigos de la Tierra (Redes), Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Sempre Viva Organização Feminista (SOF), União Brasileira Estudantes Secundaristas (Ubes), União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins (Uita) e União Nacional de Estudantes (UNE).

Carta do Rio Grande do Sul

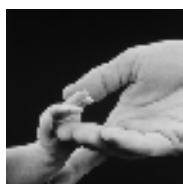
Anterior ao manifesto de apoio ao veto do governador, importantes setores da sociedade gaúcha já haviam se posicionado claramente contra o uso dos transgênicos. É o que revela a carta, a seguir publicada.

"As organizações da sociedade civil reunidas em 20 de agosto de 1999, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, com o objetivo de debater os produtos transgênicos:

Considerando as centenas de evidências científicas e experimentais de muitas partes do mundo, que demonstram ser os transgênicos uma ameaça e um risco à saúde humana e à segurança alimentar, além de transgressores dos processos harmônicos da natureza;

Considerando que o nível de incertezas é tão alto - fato reconhecido pelos cientistas que estão manejando a tecnologia - que podem haver outros riscos imprevisíveis;

Considerando que a produção e os negócios resultantes das pesquisas que envolvem a transgenia na agricultura estão nas mãos de um grupo cada vez menor de empresas transnacionais que se fundem e passam a controlar áreas fundamentais à sobrevivência da humanidade e das espécies em geral, como as sementes, as processadoras e distribuidoras de alimentos, a petroquímica e a química fina;





Considerando que o cidadão, enquanto consumidor ou produtor, está sendo lesado no seu direito fundamental de liberdade de opção no consumo ou na produção. Ao consumidor é negado o direito básico de informação sobre o conteúdo dos alimentos, enquanto ao agricultor é negado o direito de guardar a própria semente colhida, que será estéril pela introdução do gene Terminator;

Considerando que o poder econômico destas empresas interfere no poder político quando determina leis excludentes como a lei de patentes, que elimina a competitividade, comprometendo a biodiversidade;

Considerando que a maior violência e arrogância se dá contra as bases éticas e de sustentação da própria natureza, quando manipulam e cruzam espécies vegetais e animais que jamais se inter cruzaram nos bilhões de anos de existência da vida no planeta;

Frente a tamanha concentração de poder, exigem que:

Os governos federal, estaduais e municipais, baseados no princípio de precaução, suspendam imediatamente toda e qualquer ação que legalize a produção e a comercialização de alimentos transgênicos, nacionais ou importados;

Sejam alocados recursos e ações para o esclarecimento dos riscos desta nova matriz tecnológica a toda a população;

Se promova a pesquisa pública dentro dos princípios da ética, da sustentabilidade social, econômica e ambiental, voltada à solução das necessidades das grandes majorias e não para gerar maior concentração e dependência;

A sociedade civil do Rio Grande do Sul, através dos movimentos e organizações sociais ambientalistas, de consumidores, de agricultores e agricultoras, de entidades sindicais, de trabalhadores rurais sem terra, de cooperativas e outras, manifesta sua decisão de trabalhar por um mundo livre de transgênicos, começando pelo Rio Grande do Sul.

Chamamos as organizações e movimentos de todos os estados do Brasil a fazer mobilizações similares, juntando, assim, nossas vozes e braços à corrente que desde inúmeras partes do Planeta, seja na Índia, na África, na Europa ou nos países irmãos da América, luta por um mundo livre de transgênicos."

Assinam o documento: Cooperativa Ecológica (Coolméia), Centro Ecológico de Ipê, Fundação Gaia, Núcleo Amigos da Terra, Anama, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Greenpeace, Ecópolis, Idecon/RS, Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS), Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa e de Fundações Estaduais do RS (Semapi), Comitê Gaúcho de Segurança Alimentar, Comissão de Ecologia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), FTIA/RS, União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins (Uita), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), COCEARGS/MST, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Capa, Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), Gipas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Produtos transgênicos vendidos irregularmente

Apesar das manifestações das entidades e da proibição legal, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e o Greenpeace identificaram a presença de diversos produtos comercializados que continham transgênicos.

Foram testados 42 produtos nacionais e estrangeiros. O Idec testou 31 produtos em um laboratório suíço e o Greenpeace avaliou 11, em um laboratório austríaco.

Nove produtos apresentaram presença de milho ou soja geneticamente modificados no teste do Idec:

"Bacos" - chips sabor bacon, importado dos Estados Unidos; lote com validade até 12/10/2000;

"Cereal Shake Diet" - alimento para dietas produzido pela Olvebra; lote com data de fabricação de 03/12/1999;

"Cup Noodles" - macarrão instantâneo sabor galinha importado pela Nissin Ajinomoto dos EUA; lote com validade até 10/08/2000;

"Creme de Milho Verde Knorr" - lote H21, com data de validade de 14/01/2001;

"ProSobee" - fórmula não láctea, à base de proteína isolada de soja, isenta de lactose e sacarose, importado do México; lote 55480 com validade de 12/2001;

"Salsichas Swift Tipo Viena" - lote com data de fabricação de 14/02/2000;

"Supra Soy Integral" - alimento à base de soro de leite e proteína isolada de soja com ferro; lote com data de fabricação de 24/09/1999;

"Nestogeno com Soja" - fórmula infantil de seguimento à base de leite e soja, com ferro, para lactentes, a partir do sexto mês; lote S2PF11, com data de fabricação de 16/02/2000 e validade de 15/05/2001;

"Soy Milke" - alimento a base de soja; lote com data de fabricação de 30/01/2000.

O teste do Greenpeace encontrou três produtos com presença de milho ou soja transgênica:

"Cup Noodles" - macarrão instantâneo sabor galinha importado pela Nissin Ajinomoto dos EUA; lote 7066203003 5, com validade até 19/01/01;

"Batata frita Pringles Original" - lote 9203EAO, com validade de 10/2000;

"McCormick - Bac'On Pieces" - lote com data de validade de 10/10/01.

Diante destes resultados, o Idec encaminhou cartas para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio), ANVS e para os ministérios da Saúde, Agricultura e Justiça. Os textos pediam a imediata retirada de circulação do mercado consumidor dos lotes que apresentaram transgênicos, análise de controle dos alimentos importados, rigorosa fiscalização nas empresas que tiveram seus produtos reprovados, maior controle sobre as matérias primas importadas, tanto as de consumo animal quanto as de consumo humano, e urgência na definição da rotulagem dos alimentos que contém ingredientes transgênicos.

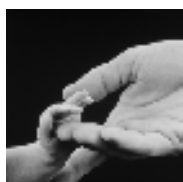
"Transgênicos, interesses econômicos e políticos

Francisco Milanez¹

São gigantescos os interesses comerciais e estratégicos que estão por trás dessas novidades tecnológicas sobre a vida. É apenas a ponta de um grande iceberg, disfarçado de política, para tratar da conveniência daqueles que jamais mostram a cara, nem deixam transparecer suas lutas por interesses totalmente contrários aos das comunidades do mundo inteiro. O que está em jogo é a nossa segurança ambiental e econômica.

Com a falência progressiva da 'Era Química', que vivemos neste século, que muito mais prejudicou a humanidade do que lhe trouxe realmente benefícios, surge a 'Era da Biologia'. A razão desse prejuízo está no fato de que foram introduzidos no planeta milhares de novos componentes químicos artificiais, e alguns naturais, que não estavam disponíveis na biosfera, entre os seres vivos, causando enormes danos. É o caso de muitos metais pesados que foram minerados, portanto retirados do interior do planeta e dispersados na superfície. Tanto uns, quanto outros têm em comum o fato de que não estiveram presentes nos milhares de anos da evolução da vida no planeta e nem na construção do equilíbrio entre as espécies que forjou o equilíbrio planetário. Como consequência disso, os seres vivos não desenvolveram estratégias para se protegerem dessas substâncias que desconheciam e que, com a 'Era Química', foram massivamente distribuídas pela terra na forma de agrotóxicos, corantes artificiais, conservantes, tintas, vernizes, plásticos, detergentes, lubrificantes, flavozantes, adoçantes, remédios e uma infinidade de outros produtos artificiais da 'vida moderna'. Como não estavam presentes durante sua evolução, os organismos vivos não sabem reconhecê-los, não têm estratégias fisiológicas para protegerem-se deles. O resultado disso é que eles confundem estas moléculas artificiais com substâncias naturais que são necessárias para o seu funcionamento. Esta confusão faz com que essas substâncias estranhas sejam erradamente utilizadas em nossos processos fisiológicos, provocando, com

¹ Biólogo, assessor especial de Meio Ambiente e Saneamento do Gabinete do Prefeito de Porto Alegre e coordenador geral do programa "Guaíba Vive".





isto, erros no funcionamento de nossos organismos. Estes erros provocam, por um lado desgaste, doenças e até a morte, por outro mal formações em nossos descendentes. Alguns destes erros são eliminados por nosso sistema imunológico, que consegue reconhecer e eliminar algumas estruturas estranhas ao organismo ou até estruturas do próprio organismo que não estão funcionando adequadamente. O problema é que isto força constantemente nosso sistema de proteção, causando seu 'stress'. Quando superamos a capacidade de nosso sistema imunológico, produzimos a doença. Isto é especialmente fácil de acontecer se usarmos o combustível errado para movimentar nosso sistema, uma má alimentação, cheia de produtos artificiais dentro. Não é a troco de nada que estamos substituindo as naturais, pelas doenças degenerativas, em geral causadas por estes agentes anti naturais oriundos da destruição do meio em que vivemos: água, alimentos, ar, luz e tantas outras coisas indispensáveis à boa manutenção da vida. As doenças infecciosas em geral se curam, as degenerativas em geral exigem tratamentos para o resto de nossas vidas, o que alias é um excelente negócio para as mesmas empresas químicas que produzem também os remédios que vamos consumir.

Surge então, no final do século, a conscientização do risco que vivemos pela opção de desenvolvimento que escolhemos, e daí a busca por alternativas, dentre elas os produtos biológicos naturais. O problema é que as indústrias dos produtos artificiais têm seu domínio através do monopólio que é fruto do patenteamento de seus produtos químicos. Com esta mudança, entram em risco as maiores empresas do planeta, as indústrias químicas, sejam de remédios, de materiais plásticos, agrotóxicos, produtos de beleza, limpeza entre outras. Muitas delas inclusive com atuação em várias dessas áreas. De repente todos os seus produtos passam a ser vistos com desconfiança pela sociedade. A medida que isto começa a acontecer, elas começam a ter 'profundo' interesse pelos produtos naturais. Estes, porém, trazem grandes desafios. Não são passíveis de serem produzidos em série, com mão de obra barata como os químicos. Os produtos biológicos naturais exigem um certo grau de desconcentração na sua produção, o que desagrade as grandes empresas com uma visão hegemônica, concentradora monopolista de mercado e de produção. Mas o pior dos produtos biológicos é que eles são de todos e elas não tem como monopoliza-los. Surge daí a busca por uma forma de criar o monopólio sobre a vida, o único grande bem de todos. Patentear a vida é uma necessidade para continuar a manter e desenvolver grandes monopólios de mercado no planeta. Como desculpa para criar este processo perverso de roubo do mais importante patrimônio mundial, as grandes indústrias encontram os transgênicos, os organismos geneticamente modificados, que começavam a ser produzidos em laboratório. Com a desculpa de que são criações de laboratório e portanto 'produtos artificiais' surge a idéia de que podem ser patenteáveis. Sem nenhuma outra razão que não a de dominar o mais público de todos os bens da terra, a vida, é dado pleno incentivo à criação desses seres monstros, os transgênicos. Se comete com a vida o mesmo erro que se cometeu com os químicos, começa-se a introduzir no planeta estes seres que não passaram pela evolução conjunta das espécies e, portanto, não há espaço para eles nos ecossistemas. O risco é incalculável, os cuidados para introduzi-los deveriam ser tantos e tão caros que acabaram não sendo tomados. Nunca o planeta sofre um risco tão grande quanto a introdução de transgênicos, nem com a guerra nuclear.

Desde os anos 80 já se tinha notícia dos interesses mundiais que cercavam esta nova possibilidade de exploração imoral da vida. O patenteamento dos seres vivos começava a tomar forma e o GATT (acordo geral de tarifas e comércio) já dava sinais de apoio a esse novo tipo de reserva de mercado, o monopólio da vida, curiosamente, pregado pela 'livre iniciativa'. Ninguém, além de raros ambientalistas, se manifestou contra este novo tipo de ultraje internacional, até porque a maioria não pensava nem entendia o que estava se passando. Era a grande revolução silenciosa de escravização geral do terceiro mundo, permitindo inclusive que países até então vistos como primeiro mundo, se somassem futuramente aos mais empobrecidos, não sem antes servirem de forma especial aos interesses dos países que lhes iriam destruir futuramente. Uma manobra genial para tirar dos países pobres seu futuro e sua riqueza, a biodiversidade. Claro que esta, os seres naturais, não pode ser patenteada. Os países pobres que sempre gastaram seus poucos recursos para mantê-la não têm direito as suas riquezas. Os países ricos, ou melhor as empresas transnacionais que nunca fizeram senão destruir a biodiversidade, agora podem através dos geneticistas roubar e patentear toda a riqueza da vida que eles mesmos tanto destruíram.

Vivemos uma época de incoerências totais, em que a população não tem idéia do que se passa neste mundo de informações manipuladas, onde os grandes empresas, investidoras de grandes somas em propaganda, têm nas mãos a maioria dos meios de comunicação. Como não bastava a força que tinha o GATT para fazer os países assinarem o novo código de propriedade industrial, que trazia

reforços para os monopólios dos maiores interesses da atualidade: os softwares, os remédios, e a novidade do patenteamento dos seres vivos, criou-se então a Organização Mundial do Comércio (OMC), que veio com força total para abrir os mercados aos donos da economia mundial, as transnacionais. Passasse aí a ouvir todo o tipo de argumento. Quem vai querer botar dinheiro em pesquisa para produzir alimentos, transgênicos é claro, se depois qualquer um vai poder usar as suas 'criações'? Temos que patentear para proteger todo o fruto da pesquisa feita no Brasil. Esquecem-se estas pessoas que durante toda a história se pesquisou a vida e espécies produtivas sem que se precisasse de patentes para que existissem os investimentos. Muito pior que isto são os cientistas que defendem totalmente o patenteamento, se imaginando é claro donos ou sócios de alguma patente no futuro e não se dando conta, os alienados, de que patente não tem valor nenhum para quem não detém também o mercado de distribuição. Só o somatório destes dois fatores é que produz o lucro incontrolável e o controle dos mercados. Isoladamente nenhum dos dois garante nada. Posso ter o mercado mas aí vem um concorrente com algo melhor e mais barato e me destrói. Posso ter o melhor produto do mundo mas não tenho como distribuí-lo, nada tenho. Agora o pior, posso ter um péssimo produto, tendo sua patente, seu monopólio e tendo a rede de distribuição, posso investir enormemente em propaganda, mesmo que isto onere tremendamente meu produto, quando as pessoas quiserem comprar só poderão comprar de mim pois só eu tenho a patente. Isto faz com que o que faça prosperar um produto deixe de ser a qualidade e sim o monopólio do mercado e da informação sobre ele. Os lixos transgênicos que estão sendo produzidos não ofereceriam metade do risco se não fossem patenteáveis, pois aí teriam de se estabelecer por suas qualidades, o que seria muito difícil, já que sua função é a de vender outros produtos que estão associados a eles e do quais muitas vezes são dependentes.

Com o patenteamento da vida fica sob controle das grandes empresas a maior força do terceiro mundo, a produção de alimentos e outra futura riqueza, a produção de remédios naturais. Sendo, portanto, de duas formas roubado o controle sobre nossa saúde. Finalmente os países ricos que destruíram sua saúde com suas indústrias vão poder se livrar delas, mandá-las para o terceiro mundo e através dos royalties (dinheiro que se paga para usar produto patenteado) viverão ricos, enquanto nós ficaremos com a pobreza que já temos e a poluição que eles nos estão mandando e pagando por seus 'conhecimentos'. Eles não vão mais precisar mandar máquinas ou empréstimos em troca de nossos alimentos, nós é que teremos que pagar para podermos usar as suas sementes, remédios e sêmen patenteados. O que está em discussão 'e se vamos continuar a privatizar e concentrar cada vez mais os lucros e seguir socializando, especialmente entre os pobres, os custos desta devastação."

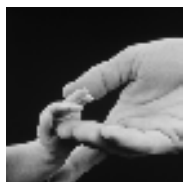
Crimes contra o meio ambiente

A CCDH recebeu, em resposta ao ofício nº 091/RA/2000, o relatório da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, onde constam as ações desenvolvidas no período de janeiro de 1999 a junho de 2000. Transcrevemos a seguir, as informações enviadas pelo ofício nº 963/2000.

"Cerca de 181 inquéritos cíveis e peças de informação foram instaurados a fim de averiguar condutas lesivas ao meio ambiente, com celebração de aproximadamente 61 Termos de Compromisso de Ajustamento, visando estes, pela via consensual, ao enquadramento das citadas condutas à legislação protetiva.

Destes, encontram-se 11 Termos de Compromisso de Ajustamento celebrados com shoppings centers de Porto Alegre, no sentido de proceder à separação de lixo seco e orgânico em atendimento à legislação municipal. Há, também, 24 inquéritos cíveis referentes a denúncias de degradação ambiental junto ao Parque Estadual Delta do Jacuí e 11 inquéritos cíveis referentes à proteção do patrimônio histórico-cultural da cidade.

Paralelamente à atividade extrajudicial antes mencionada, esta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente possui cerca de 25 ações judiciais intentadas, relativamente a questões como poluição sonora, mineração irregular, patrimônio histórico-cultural, entre outras."





Levantamento de ocorrências ambientais

Em resposta ao ofício nº 094/RA/2000, enviado pela CCDH, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Representação do Rio Grande do Sul (Ibama/RS), enviou relatório sobre a luta pela preservação da natureza no Estado. Os dados foram extraídos dos Relatórios das Atividades de Fiscalização do ano de 1999 e 1º semestre de 2000. Transcrevemos a seguir, parte do material enviado.

“Selecionamos, entre muitas, as ocorrências mais frequentes e que, portanto, tornam-se as mais nocivas e preocupantes violações ao ‘direito a um Meio Ambiente sustentável’, tema fundamental no rol dos Direitos Humanos que vão compor o ‘Relatório Azul’, ora em elaboração pela CCDH da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pois se constitui em condição essencial à qualidade de vida e à perspectiva de um futuro promissor para a própria espécie humana.

Autos de Infração (AI) - Flora

Período	AI	Árvores cortadas sem autorização	AI	Desmatamento sem autorização (há)	AI	Queimadas sem autorização (há)
1º semestre 1999	16	365	93	73,21	1	2,8
2º semestre 1999	58	5.725	100	65,35	37	488,5
1º semestre 2000	18	265	44	104,3	9	58,12
Total	84	4.355	238	243,36	47	548,52

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Representação do Rio Grande do Sul (Ibama/RS).

Autos de Infração (AI) - Fauna

Período	Caga de animal silvestre*	Criação de animais silvestres em cativeiro*	Animais apreendidos vivos	Conferência de animais vivos*
1º semestre 1999	93	44	276	2
2º semestre 1999	136	56	790	4
1º semestre 2000	46	89	1.781	12
Total	255	188	2.854	18

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Representação do Rio Grande do Sul (Ibama/RS). * Número de AI.

Observações:

1. A grande maioria de animais apreendidos vivos constitui-se de pássaros da nossa fauna silvestre;
2. A maior parte dos animais apreendidos vivos são encaminhados para criadouros científicos ou reintroduzidos na natureza, alguns ficam sob a guarda de ‘fiel depositário’ e uns poucos vão para zoológicos;
3. Em novembro de 1999, foram apreendidos, vivos, 411 pássaros de diversas espécies da nossa fauna silvestre;
4. Em março de 2000, foram apreendidos, vivos, 1.008 cágados, evidentemente destinados ao comércio ilegal.

Autos de Infração (AI) - Pesca

Período	Modalidade não permitida	Período de defeso	Sem licença	Apreensões proibidas	Interferência pesquisa e registro	Estação Ecológica
1º semestre 1999	86	51	60	62	1	50
2º semestre 1999	28	13	73	24	2	22
1º semestre 2000	15	66	61	28	4	27
Total	121	130	200	114	7	99

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Representação do Rio Grande do Sul (Ibama/RS).

Observação: Em fevereiro de 1999 ocorreram 46 Autos de Infração de pesca, modalidade não permitida (pesca de arrasto) na Lagoa dos Patos, uma violência contra a maior lagoa do mundo.

Autos de Infração (AI) - Degradação ambiental

Período	Poluição hídrica	Atividades de degradação ao Meio Ambiente	Construção de Barragem sem licença	Extração mineral irregular
1º semestre 1999	6	17	14	11
2º semestre 1999	1	36	10	7
1º semestre 2000	5	13	19	3
Total	12	66	43	17

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Representação do Rio Grande do Sul (Ibama/RS).

Observação: Têm ocorrido, com frequência, acidentes catastróficos por vazamento de óleo no mar. Em março deste ano, na praia de Tramandaí, em nosso Estado, presenciamos o derramamento de 18 mil litros de óleo.

Há de se concluir que o homem, em suas ações mais simples, na luta pela sobrevivência ou em busca de lucro imediato, não tem consciência de que pode estar arriscando um bem maior, que não só lhe pertence, como a todos os de sua espécie e a todos os outros seres vivos. A vida está em constante evolução, porém o homem, com a sua inteligência, tem o poder de interferir nos processos naturais e, quase sempre, ao encontrar soluções aparentemente perfeitas para seus impasses, acaba por criar problemas ainda maiores. É nossa responsabilidade zelar pela saúde e pela harmonia do meio ambiente em que vivemos e resguarda-lo para os que ainda virão."

Ações do governo estadual

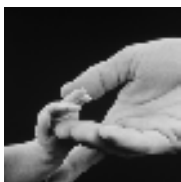
Criada a Secretaria do Meio Ambiente

No dia 3 de agosto de 1999, foi criada a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). A estruturação da Sema otimizou o atendimento das demandas dos órgãos voltados para o meio ambiente, área de interesse que ocupa o quinto lugar entre as prioridades do Orçamento Participativo estadual.

A Sema coordena a gestão e o planejamento ambiental estadual, sendo composta pelos seguintes órgãos: Fundação Zoobotânica (FZB), Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (Defap), ex-Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), que pertencia à Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), anteriormente vinculada à Secretaria da Saúde; e o Departamento de Recursos Hídricos (DRH), que era ligado à Secretaria de Obras. Está prevista também, a médio prazo, a transferência do Programa Pró-Guaíba, atualmente ligado à Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Código Estadual do Meio Ambiente

No dia 4 de agosto de 2000, o governador Olívio Dutra sancionou a Lei nº 11.520, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, considerado um grande avanço para a preservação ambiental do Estado, ampliando os temas sob regulamentação e controle público. A construção participativa do documento tam-





bém foi um dos avanços. A apresentação do projeto ficou a cargo da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa que, juntamente com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, conduziram a sua elaboração. Isso permitiu a articulação de interesses de diversas organizações e segmentos da população, obtendo o elevado grau de acordo entre o governo e a sociedade. A apresentação da publicação oficial do Código possui um trecho que evidencia a situação: “a intensa participação da sociedade na sua construção e o consenso obtido na sua aprovação pela Assembleia Legislativa lhe conferem a legitimidade necessária para ser uma importante ferramenta na construção de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo para o Rio Grande do Sul”.

A sanção aconteceu após quase nove anos de tramitação da matéria na Assembleia Legislativa. A elaboração do código ambiental começou a ser discutida em 1992. O primeiro projeto foi apresentado em 1994, revisado em 1997 e transformado em projeto de lei em 1998. A revisão, para sua adequação à legislação federal, foi realizada em 1999. No dia 28 de junho, o Código foi aprovado por unanimidade pelo Legislativo. O Projeto de Lei nº 140/98 recebeu oito emendas e resultou em um documento com 248 artigos, com enfoque para os conceitos sobre a política ambiental no Estado, monitoramento, auditorias ambientais, infrações e penalidades, disposição de resíduos, gestão da água e do saneamento e utilização e conservação do ar. O processo de elaboração do projeto contou com a participação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa e do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

O Código inova ao dispor de assuntos ainda não tratados pela legislação ambiental do Estado, como auditorias ambientais, poluição visual, poluição sonora, o estabelecimento de regras para a municipalização da gestão ambiental, patrimônio genético, patrimônio paleontológico e arqueológico. O texto produzido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) faz a seguinte avaliação das principais inovações do Código Estadual do Meio Ambiente:

“1) Licenciamento ambiental

a) O artigo 56, em seu parágrafo 1º, alterou o prazo de validade das licenças ambientais, que na legislação anterior (Lei nº 7.488/81) eram de um ano, por prazos determinados, entre um e cinco anos, de acordo com o porte e o potencial poluidor da atividade. Os critérios serão definidos pela Sema e fixados normativamente pelo Consema;

b) o artigo 56, parágrafo 3º, que trata do licenciamento ambiental, permite a realização de um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades;

c) o artigo 64 inovou, referindo que os empreendimentos que acarretarem no deslocamento de populações humanas para outras áreas deverão ter, como nos casos das barragens, na sua Licença Prévia (LP), como condicionante para obtenção de Licença de Instalação (LI), a resolução de todas as questões atinentes a esse deslocamento, em especial a desapropriação e o reassentamento;

d) o artigo 72, parágrafo 1º, regulou a realização e conteúdo dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais (EIAs/Rimas), bem como, diferentemente da legislação federal, exigiu a completa independência da equipe multidisciplinar, executora do EIA/Rima, do empreendedor;

e) possibilitou que em todos os processos de licenciamento ambiental seja obrigatória a realização de audiências públicas, sendo que deverão ser solicitadas mediante petição encaminhada por, no mínimo, uma entidade legalmente constituída, governamental ou não, com 50 pessoas ou pelo Ministério Público Federal ou Estadual. As audiências públicas obedecerão rito especial quando tratar de procedimentos de licenciamento ambiental que necessitem da realização de EIA/Rima. Tal dispositivo possibilitou um maior controle da sociedade sobre os processos de licenciamento ambiental;

f) o artigo 69 elencou regras claras acerca da municipalização do licenciamento ambiental, antes estabelecidas por Resolução do Consema. O RS é o primeiro Estado do país a possuir lei tratando do assunto.

2) Resíduos

a) O Código, em seu artigo 218, trouxe regras inovadoras, no que se refere a responsabilidade pelos resíduos produzidos, manifestando que compete ao gerador a responsabilidade pelos mesmos, compreendidas as etapas de acondicionamento, coleta, tratamento e destinação final;

b) referiu, em seu artigo 223, que as indústrias produtoras, formuladoras ou manipuladoras deverão ser responsáveis, direta ou indiretamente, pela destinação final das embalagens de seus produtos.

3) Estímulos e incentivos

a) Referiu, em seu art. 22, que o poder público fomentará a proteção do meio ambiente e a utilização sustentável dos recursos ambientais, através da criação de linhas especiais de crédito no seu sistema financeiro, apoio financeiro, técnico e operacional, contemplando o financiamento do desenvolvimento da pesquisa ambiental, execução de obras de saneamento, atividades que desenvolvam programas de educação ambiental, criação e manutenção de Unidades de Conservação, na esfera pública ou privada;

b) já o artigo 24 proibiu o acesso a financiamento, por bancos estaduais e fundos especiais de desenvolvimento, àqueles empresas e órgãos públicos cuja situação não estiver plenamente regularizada com a legislação que trata da defesa do meio ambiente. Contudo, foram excluídos da proibição, de que trata este artigo, os financiamentos relativos a projetos que objetivem a implantação ou a regularização dos princípios das normas referidas no "caput" e da Política Estadual do Meio Ambiente;

c) da mesma forma, o art. 25 previu que a liberação de recursos do Estado ou de entidades financeiras estaduais somente efetivar-se-á àqueles municípios que cumprirem toda a legislação ambiental e executarem, na sua localidade, a Política Estadual do Meio Ambiente;

d) o artigo 26 referiu que o poder público estadual criará mecanismos de compensação financeira aos municípios que possuam espaços territoriais especialmente protegidos e como tal reconhecidos pelo órgão estadual competente.

4) Auditorias ambientais

a) Disciplinou inovadoramente sobre as auditorias ambientais, afirmando que toda a atividade de elevado potencial poluidor ou processo de grande complexidade ou ainda de acordo com o histórico de seus problemas ambientais, deverá realizar auditorias ambientais periódicas, por equipe multidisciplinar, independente do empreendedor, às suas expensas e responsabilidade. As auditorias ambientais deverão contemplar, dentre outros itens, o levantamento e coleta de dados disponíveis sobre a atividade auditada, a verificação, entre outros, das matérias-primas, aditivos e sua composição, geradores de energia, processo industrial, sistemas e equipamentos de controle de poluição (concepção, dimensionamento, manutenção, operação e monitoramento), planos e sistemas de controle de situações de emergência e risco, e os ecossistemas necessários à sua sobrevivência.

5) Mineração

a) O artigo 211 referiu que a todo o empreendimento mineiro, independentemente da fase em que se encontra, será exigido o Plano de Controle Ambiental.

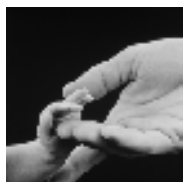
b) da mesma forma, em seu artigo 213 afirmou que o concessionário do direito mineral e o responsável técnico inadimplentes com o órgão ambiental, no tocante a algum plano de controle ambiental, não poderão habilitar-se a outro licenciamento.

6) Zona costeira

a) Dispõe de regras específicas, entre os artigos 236 a 244, para a proteção da Zona Costeira, desde o município de Torres até o Chuí, sendo que esta região será objeto de proteção especial, onde somente serão permitidos usos que garantam a sua conservação.

7) Das penalidades

a) O Código, entre os artigos 99 a 114, disciplinou as penalidades por infrações ambientais, adequando-se à Lei Federal n.º 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), sendo, inclusive, em alguns pontos, mais rigorosa que a própria Lei Federal. Dentre outras sanções, os infratores ambientais estarão sujeitos a penas de multa que poderão ser de 50 reais até 50 milhões de reais, sendo que este valor poderá triplicar no caso de nova infração ambiental. Quanto a reparação do dano



ambiental, o infrator será responsável pelo ressarcimento à administração pública das despesas que esta vier a fazer, em caso de perigo iminente à saúde pública ou ao meio ambiente.

b) o Código, entre seus artigos 115 a 119, unificou e tornou claro os procedimentos de defesa e recursos contra infrações ambientais, regulados anteriormente de forma diversa em várias legislações ambientais de nosso Estado."

Carta agroecológica do Rio Grande do Sul

Nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1999, o Pró-Guaíba e a Emater promoveram em Porto Alegre o "I Seminário Estadual sobre Agroecologia". Os 582 participantes chegaram a um consenso sobre a necessidade de estabelecer um modelo de desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, com respeito a diversidade cultural. Neste sentido, no final do evento, eles redigiram o seguinte documento:

"1. Que os princípios da Agroecologia sejam adotados como orientação principal na execução dos programas de Desenvolvimento Rural Sustentável no Rio Grande do Sul, visando acelerar o processo de transição agroecológica e fortalecer as experiências já existentes no Estado;

2. que as instituições de ensino das ciências agrárias incluam em seus currículos a dimensão sócio-ambiental, colocando ênfase na Agroecologia como campo de estudos com capacidade para orientar a teoria e a prática de todos os profissionais egressos, tendo como perspectiva central a promoção do desenvolvimento rural sustentável;

3. que as instituições de ensino de todos os níveis incluam em seus currículos a dimensão sócio-ambiental e ecológica, como forma de acelerar o processo de transição para um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável;

4. que as instituições oficiais de pesquisa agropecuária, assim como as entidades financiadoras, estabeleçam e apoiem linhas de pesquisa para buscar respostas aos pontos de estrangulamento ainda existentes, orientando sua ação investigadora pelos princípios da Agroecologia;

5. que as políticas públicas para a agricultura e o desenvolvimento rural, assim como as atividades e serviços de todas as Secretarias, empresas públicas e instituições vinculadas ao governo do Estado, estabeleçam prioridade em suas ações no sentido de fortalecer estratégias de desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentáveis;

6. que sejam estabelecidas relações de parcerias entre entidades públicas e organizações não governamentais, visando a sinergia das ações desenvolvidas e o intercâmbio das experiências sócio-ambientais na agricultura;

7. que se estabeleçam políticas públicas de apoio à agroindustrialização e comercialização de produtos ecológicos, assim como políticas de crédito rural diferenciadas, com o fim de estimular a produção e o acesso ao consumo destes produtos;

8. que as organizações representativas e movimentos sociais de agricultores e agricultoras se integrem às propostas de transição com base na Agroecologia, somando esforços para a busca da sustentabilidade social, econômica e ambiental da agricultura gaúcha;

9. que as entidades de assistência técnica e extensão rural orientem suas ações pela participação democrática do público beneficiário, adotando métodos educativos capazes de contribuir para a construção de um novo padrão de produção agropecuária e para a reconstrução da cidadania no campo;

10. que seja estimulada a organização de consumidores que exijam alimentos agroecológicos e de elevada qualidade biológica, por serem estes considerados um direito de toda a população gaúcha;

11. que os veículos de comunicação passem a dedicar maior espaço para a divulgação da problemática sócio-ambiental, gerada pelo atual modelo de desenvolvimento rural, contribuindo desta maneira para a formação de opinião pública favorável à produção de alimentos saudáveis com proteção ao meio ambiente;



12. que os governos dos Estados e dos municípios, assim como as entidades assistenciais públicas e privadas, adquiram preferencialmente produtos ecológicos para atender o consumo alimentar em creches, escolas, hospitais, asilos, presídios, etc., socializando desta forma os benefícios diretos proporcionados pela alimentação sadia em diversos segmentos da sociedade gaúcha;

13. que sejam organizados fóruns regionais de seguimento das ações em Agroecologia, estimulando o debate e a troca de experiências entre agricultores, consumidores, técnicos e entidades parceiras, convergindo para a realização do II Seminário Estadual de Agroecologia;

14. que o Pró-Guaíba amplie a sua ação, sob o enfoque agroecológico, para todas as microbacias existentes na região hidrográfica do Guaíba."

O Guaíba como região hidrográfica

Com o objetivo de promover o desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo da Região Hidrográfica do Guaíba, em 1989, o governo do Rio Grande do Sul concebeu o Programa Pró-Guaíba. O Programa, que tem duração prevista de 20 anos, foi dividido em módulos. Apresentamos a seguir um retrospecto das ações desenvolvidas em cada Módulo, conforme documento enviado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema):

"O Módulo I, implantado em 1995 e com previsão de conclusão em julho de 2001, conta com um investimento total de 220,5 milhões de dólares, 60% financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 40% e pelo governo estadual.

Os critérios de aprovação dos projetos do Módulo II, previsto para o período entre 2001 e 2006, foram definidos por intermédio de processo de planejamento participativo, com grupos formados por mais de 140 técnicos de instituições públicas e privadas e também por representantes dos Comitês de Bacia, organizações não-governamentais, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e Orçamento Participativo. A previsão é que, na segunda fase, o Programa adquira um caráter sistêmico, evitando ações isoladas.

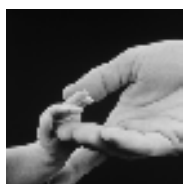
A região hidrográfica do Guaíba tem 84.763,54 quilômetros quadrados, abrangendo 251 municípios em 30% do território gaúcho. Nela vivem 6,5 milhões de habitantes, 83,5% no meio urbano e 16,5% em áreas rurais. A região é formada por nove bacias hidrográficas e responde por mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul.

Os principais problemas ambientais nas áreas urbanas, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e na aglomeração urbana do Nordeste, são a contaminação industrial, a disposição irregular de lixo e o lançamento de esgoto "in natura" nos rios e arroios. Nas áreas rurais, os problemas relacionam-se à contaminação por agrotóxicos, desmatamento, ausência de saneamento básico, erosão e assoreamento dos cursos d'água.

Impacto ambiental diário na região hidrográfica do Guaíba:

- 16.500 litros de agrotóxicos equivalem a um caminhão-tanque por dia;
- 890 metros cúbicos de resíduos industriais equivalem a cinco salas de aula por dia;
- 3.700 toneladas de lixo domiciliar equivalem a um prédio de dez andares por dia;
- 960 mil metros cúbicos de esgoto equivalem a 400 piscinas olímpicas por dia.

Os projetos para melhoria na qualidade de vida da população que habita na região abrangem áreas de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, agroecologia e reflorestamento ambiental, unidades de conservação e manejo do solo urbano. Entre os projetos de impacto indireto, destacam-se o Sistema de Informações Geográficas, Rede de Monitoramento Ambiental, Estudos e Pesquisas, Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos, Desenvolvimento e Arranjo Institucional, Planos de Bacia e ações de educação ambiental.





O Pró-Guaíba ainda integra todos os setores envolvidos com a gestão ambiental no Estado, viabilizando também a participação das comunidades. As decisões são tomadas pelos Conselhos Consultivo e Deliberativo, formados por secretários de Estado, representantes de entidades da sociedade gaúcha e das ONGs ambientalistas.

Objetivos do Pró-Guaíba

- Promover o fortalecimento institucional e consolidar uma base legal integradora;
- elaborar um plano integrado para o manejo ambiental da região, que trace as diretrizes, objetivos, políticas e estratégias para guiar o trabalho das instituições que ali executam ações;
- prestar serviços que facilitem o trabalho integrado das instituições envolvidas, especialmente através da geração de informações básicas e de critérios que guiem o uso adequado do solo, água e florestas;
- identificar, analisar, projetar e implantar sistemas de redução e tratamento de contaminação atmosférica e de despejos sólidos e líquidos;
- estudar a vocação natural do solo, quanto ao uso atual e suas potencialidades;
- realizar obras físicas de conservação de solos, reflorestamento e de controle de agrotóxicos, com técnicas mais modernas e menos poluentes;
- estudar a relação entre os impactos positivos e negativos gerados pela utilização dos recursos naturais;
- contribuir para a conservação efetiva do patrimônio natural, fortalecendo as unidades de conservação existentes e promovendo o estabelecimento de unidades adicionais;
- promover a educação ambiental e a extensão rural, contribuindo para a mudança de atitude das pessoas face ao meio ambiente, especialmente em relação aos usuários dos recursos mais frágeis.

Módulo I (1995-2001)

Mais de 550 mil pessoas estão sendo beneficiadas no Módulo I do Pró-Guaíba. Em Porto Alegre, o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) construiu os sistemas de tratamento São João/Navegantes e Ipanema, diminuindo a carga orgânica lançada no lago Guaíba. Na Região Metropolitana, a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) está viabilizando as ligações domiciliares às estações de tratamento de Cachoeirinha e Gravataí, o que vai representar uma melhoria significativa na qualidade da água do Gravataí, o rio mais sensível da Região Hidrográfica do Guaíba."

